

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)

Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aspectos teóricos e práticos

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
- Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
- Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
- Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos • Patrícia Silveira Tavares

10ª edição

De acordo com a Lei n. 13.344, de 6-10-2016,
a Resolução n. 43, de 13-9-2016, e a
Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 1, de 15-12-2016

2017

ISBN 978-85-472-1508-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ALINE GRAZIELE BENITEZ CRB-8/9922

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Eveline Gonçalves Denardi
Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Márcia Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Perfekta Soluções Editoriais

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Mayara Enohata

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Brasiform Editora e Ind. Gráfica

A539c Amin, Andréia Rodrigues

Curso de direito da criança e do adolescente : aspectos teóricos e práticos / Andréia Rodrigues Amin, Ângela Maria Silveira dos Santos, Bianca Mota de Moraes; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Estatuto - criança e adolescente. I. Santos, Ângela Maria Silveira dos. II. Moraes, Bianca Mota de. III. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. IV. Título.

CDU 342.17

Índice para catálogo sistemático:

1. Estatuto da criança e do adolescente : ECA 342.17

Data de fechamento da edição: 9-3-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603028 CAE 616661

109 8329

Sumário

<i>Autores</i>	5
<i>Agradecimentos especiais</i>	13
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	33
<i>Apresentação</i>	37
<i>Nota à 10ª edição</i>	39
<i>Nota à 9ª edição</i>	41
<i>Nota à 8ª edição</i>	43

PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

Evolução histórica do direito da criança e do adolescente	47
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga	47
2. Idade Média.....	48
3. O direito brasileiro.....	49
4. O período pós-Constituição de 1988	53
Referências	56
Doutrina da proteção integral	58
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução	58
2. Documentos internacionais.....	59
3. Da situação irregular à proteção integral	60
Referências	63

Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente	65
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações iniciais	65
2. Princípio da prioridade absoluta	66
3. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente	74
4. Princípio da municipalização	76
Referências	78
Dos direitos fundamentais	79
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais	79
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	80
3. Direito à vida	81
4. Direito à saúde	82
4.1. Nascituro e atendimento à gestante	83
4.2. Saúde de crianças e jovens	92
4.3. Atendimento médico a criança e a adolescente desacompanhado	96
4.4. Deficientes	98
4.5. Doentes crônicos	99
4.6. Direito a acompanhante	101
4.7. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	102
5. Direito à liberdade	103
6. Direito ao respeito e à dignidade	106
7. Direito à educação	107
7.1. Igualdade	109
7.2. Acesso e permanência	111
7.3. Níveis e modalidades de ensino	115
7.4. Ensino noturno	124
7.5. Educação de jovens e adultos	125
7.6. Flexibilização do ensino	125
7.7. Regime especial para gestantes	126
7.8. Educação das relações étnico-raciais	126
7.9. Educação democratizada	127
7.10. Financiamento da Educação Básica	128
8. Direito à cultura, esporte e lazer	131
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	132
9.1. Aprendizagem	134

9.2. Trabalho rural.....	135
9.3. Atletas mirins	136
Referências	138
Direito fundamental à convivência familiar.....	139
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Origem da família	139
2. Princípios norteadores da família	141
3. Noção atual de família	144
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária	151
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA	153
Referências	157
Poder familiar.....	160
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto	160
2. Aspectos pessoais.....	164
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação	166
2.1.1. Considerações gerais	166
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho.....	173
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA.....	176
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis.....	181
2.1.5. Dos dados registrais decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado	185
2.1.6. Considerações finais: o afeto como amálgama da filiação	187
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado.....	193
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais.....	198
2.2.1.1. Guarda compartilhada.....	204
2.2.1.2. Convivência com o não guardião	210
2.2.1.3. Situações delicadas de convivência	213
2.2.1.4. Convivência com a família extensa e afins	220
2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania.....	223
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material.....	225
2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto.....	234

2.5.1. Da devolução do filho adotivo	239
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar	244
4. Suspensão do poder familiar.....	245
5. Extinção do poder familiar	248
5.1. Morte	248
5.2. Emancipação	249
5.3. Maioridade civil.....	249
5.4. Adoção	250
5.5. Decisão judicial	252
6. Perda ou destituição do poder familiar	252
6.1. Castigo imoderado.....	253
6.2. Abandono.....	258
6.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes	259
6.4. Reiteração das faltas.....	262
6.5. Perda do poder familiar na lei penal	263
7. Restabelecimento do poder familiar	265
Referências	268
Regras gerais sobre a colocação em família substituta	274
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	274
2. Modalidades	275
Referências	278
Guarda	279
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	279
2. Guarda provisória, definitiva, instrumental e excepcional	282
3. Guarda de fato	284
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária	286
5. Guarda em favor da família extensa.....	287
6. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta	289
7. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar	292
8. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional	295
9. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro	300
10. Dependência para todos os fins.....	300
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros.....	305

12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa	306
13. Apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados	309
Referências	311
 Tutela	 313
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	313
2. Tutela testamentária	317
3. Tutela legítima	318
4. Tutela dativa	319
5. Tutela provisória e definitiva	319
6. Características controvertidas da tutela	321
7. Entrega do filho em tutela	323
8. Obrigações pessoais	325
8.1. Guarda do tutelado	325
9. Obrigações patrimoniais	326
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária	328
11. Tutela no Código Civil: outras notas	330
12. Causas de cessação da tutela	331
Referências	332
 Adoção	 334
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	334
2. Histórico	335
2.1. O direito civil constitucional	340
3. Conceito e natureza jurídica	343
4. Legitimidade	344
4.1. Considerações gerais	344
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador)	347
4.3. Impedimento total (avós e irmãos)	348
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros	351
4.5. Adoção por casal homossexual	353
4.6. Adoção de nascituro	363
5. Cadastro e habilitação para adoção	365
6. Requisitos	373

6.1. Idade mínima e estabilidade da família	373
6.2. Diferença de 16 anos	375
6.3. Consentimento	377
6.3.1. Dispensa do consentimento	378
6.3.2. Revogabilidade do consentimento	379
6.4. Concordância do adotando	381
6.5. Reais benefícios para o adotando	384
7. Estágio de convivência	386
8. Efeitos	391
8.1. Efeitos pessoais	391
8.2. Efeitos patrimoniais	393
9. Modalidades	394
9.1. Adoção bilateral	394
9.2. Adoção unilateral	396
9.3. Adoção póstuma	397
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	399
9.5. Adoção “à brasileira”	404
10. Adoção internacional	406
Referências	413
Prevenção	416
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Introdução	416
2. Prevenção especial	421
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas	422
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão	425
2.2.1. Entrada e permanência	425
2.2.2. Participação em espetáculos públicos	426
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão	435
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo	439
2.5. Revistas e publicações	440
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas	445
2.7. Produtos proibidos	446
2.8. Hospedagem	448
2.9. Autorização de viagem	449
2.9.1. Considerações iniciais	449
2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional	451

SUMÁRIO	21
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior	452
Referências	455
 PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO	
A política de atendimento.....	459
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	459
2. Uma visão geral da nova política de atendimento.....	468
2.1. As linhas de ação da política de atendimento.....	469
2.2. As diretrizes da política de atendimento	475
3. Os fundos dos direitos da criança e do adolescente.....	481
3.1. Introdução.....	481
3.2. Definição	482
3.3. Disciplina legal.....	483
3.4. A organização essencial.....	484
3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas”	495
4. As entidades de atendimento	501
4.1. Aspectos gerais	501
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas	505
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar.....	509
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo.....	519
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento	522
Referências	525
Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	527
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	527
2. Definição	528
3. Natureza jurídica	529
4. A formação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	530
4.1. A criação do órgão.....	530
4.2. A composição paritária	532
4.3. A escolha dos membros	533
4.4. As normas de funcionamento	535

5. As atribuições dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	536
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento	537
5.2. A gestão dos fundos dos direitos da criança e do adolescente	542
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais.....	543
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do conselho tutelar	546
6. O controle da atuação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente	548
Referências	550
 O conselho tutelar	552
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	552
2. Visão geral	554
2.1. Conceito	554
2.2. Características	554
3. A estruturação do conselho tutelar	557
3.1. A implantação do órgão	557
3.2. A composição	566
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de conselheiro tutelar	572
4. O processo de escolha dos membros do conselho tutelar	579
4.1. Regra geral.....	579
4.2. As peculiaridades municipais.....	581
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do conselho tutelar	584
5.1. As atribuições do conselho tutelar	584
5.2. O limite territorial de atuação do conselho tutelar	599
6. A fiscalização do conselho tutelar.....	600
6.1. A revisão das decisões do conselho tutelar	601
6.2. O controle da atuação dos membros do conselho tutelar	602
Referências	607
 O Poder Judiciário.....	609
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz	609
2. Órgãos auxiliares	611

SUMÁRIO	23
Ministério Público	616
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	616
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII)	619
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII).....	621
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI)	622
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º)..	623
Referências	626
O advogado	627
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	

PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas	633
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Conceito de infração administrativa	633
2. Princípios gerais das infrações administrativas	637
2.1. Princípio da proteção integral	637
2.2. Princípio da prioridade absoluta	638
2.3. Princípio da legalidade	638
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	640
2.5. Princípio da objetividade	642
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas	644
2.7. Princípio da publicidade	645
2.8. Princípio do devido processo legal	645
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório	645
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente	647
3.1. Breve histórico	647
3.2. A interpretação das infrações administrativas	650
3.3. A multa	651
3.4. Da prescrição	658
4. As infrações administrativas em espécie	660
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos	660

4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade.....	667
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.....	668
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico.....	673
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar.....	675
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado.....	695
4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente.....	698
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente).....	701
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público.....	706
4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos.....	708
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular.....	713
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular.....	716
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada.....	720
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular.....	721
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos.....	726
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão.....	729
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos.....	734
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção.....	738
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.....	739
4.8.10. Venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.....	740
Referências.....	743

PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

As medidas de proteção.....	749
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	

SUMÁRIO	25
1. Introdução	749
1.1. Evolução legislativa	749
1.2. Definição	751
1.3. Hipóteses de aplicação	751
2. As medidas específicas de proteção	753
2.1. Normas gerais.....	753
2.2. A autoridade competente	756
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA	759
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção.....	766
Referências	773
As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes	774
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	774
2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA	778
3. Observações quanto ao procedimento	781
Referência	782
Os princípios constitucionais do processo	783
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	783
2. Devido processo legal	785
3. Igualdade	788
4. Contraditório	789
5. Acesso à justiça	791
6. Juiz natural	795
7. Promotor natural	795
8. Motivação das decisões	796
9. Publicidade	797
10. Tempestividade da tutela jurisdicional	798
Referências	801
As regras gerais de processo.....	804
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	804
2. Capacidade processual.....	805

3. Curadoria especial	807
4. Gratuidade de justiça	812
5. Segredo de justiça	815
6. Competência.....	817
6.1. Jurisdição. Conceito de competência	817
6.2. Critérios determinadores da competência	819
6.3. Competência absoluta e competência relativa	820
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA..	821
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	829
7. Poder geral de cautela	833
8. Princípio da Intervenção Mínima	838
Referências	839
Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	841
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	841
2. Competência.....	842
3. Fase postulatória	848
4. Legitimidade ativa.....	849
5. Legitimidade passiva	854
6. Pedido cumulativo	861
7. Tutelas provisórias correlatas.....	865
8. Resposta do réu	869
9. Fase instrutória	872
10. Fase decisória	876
11. Ação de restituição do poder familiar	880
Referências	882
As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta	885
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	885
2. Fase postulatória.....	886
3. O consentimento dos pais.....	887
4. Pedido formulado diretamente em cartório	889
5. Fase instrutória	890
6. A oitiva da criança e do adolescente.....	892
7. Fase decisória.....	896
Referências	897

Ação de guarda.....	899
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Competência	899
2. Fase postulatória.....	901
3. Citação ou a concordância dos pais.....	905
4. Concessão da guarda provisória e definitiva	906
5. Perda ou revogação da guarda.....	906
Referências	909
Ação de tutela e procedimentos correlatos.....	910
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	910
2. A competência considerando a situação do tutelando	910
3. Fase postulatória.....	911
4. Interesse exclusivamente previdenciário.....	913
5. Oitiva obrigatória do tutelando	913
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar.....	914
7. Termo de tutela.....	915
8. Procedimento de escusa da tutela.....	915
9. Prestação de contas e balanço na tutela	916
10. Remoção ou destituição do tutor.....	919
Referências	921
Procedimento da habilitação para adoção	922
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
Ação de adoção	925
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência.....	925
2. Petição inicial e pedido	925
3. Citação.....	928
4. Oitiva dos pais biológicos	929
5. Estudo de caso	930
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento	930
7. Sentença	931
8. Adoção internacional	931
Referências	933

Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	934
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	934
2. Natureza jurídica do procedimento	935
3. Competência	940
4. Fase postulatória	940
5. Legitimados passivos	943
6. Afastamento provisório do dirigente	947
7. Resposta escrita	950
8. Fase instrutória	952
9. Fase decisória	954
10. Medidas aplicáveis à entidade condenada	956
Referências	964
Procedimento das infrações administrativas	966
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento	966
2. Princípios	967
3. Competência	969
4. Rito processual	970
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações	975
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente	978
Referências	979
Procedimento de portaria e de expedição de alvará	980
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria	980
1.1. Introdução	980
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará	982
1.3. Portaria do art. 149 do ECA	986
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos	994
Referências	997
Ação civil pública	998
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	998

2. Direitos metaindividuais	1000
3. Inquérito civil	1003
4. Termo de ajustamento de conduta	1008
5. Ação civil pública.....	1011
5.1. Introdução e conceito	1011
5.2. Legitimidade.....	1013
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	1018
5.4. Liminar.....	1018
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	1023
5.5. Objeto e competência	1025
5.6. Sentença	1026
5.7. Coisa julgada.....	1032
5.7.1. Introdução.....	1032
5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva.....	1034
5.8. Execução	1043
Referências	1049
Outras ações previstas no Estatuto.....	1053
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	1053
2. Mandado de segurança	1057
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer.....	1062
Referências	1067
Recursos.....	1069
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	1069
2. Unicidade do sistema.....	1071
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	1075
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer.....	1078
2.3. Motivação	1079
2.4. Forma.....	1079
2.5. Renúncia e desistência	1080
3. Preparo	1080
4. Tempestividade	1083
5. Efeitos.....	1090
5.1. Concessão do efeito suspensivo	1094

5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas	1096
6. Juízo de retratação	1098
7. Procedimento no tribunal	1103
8. Recurso contra portarias e alvarás	1105
Referências	1106

PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRAACIONAL

A prática de ato infracional.....	1111
<i>Bianca Mota de Moraes e Helene Vieira Ramos</i>	
1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA)	1111
1.1. Inimputabilidade infantojuvenil	1112
1.2. Ato infracional praticado por criança	1122
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar.....	1123
2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA)	1126
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA)	1133
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA)	1134
4.1. Fase policial.....	1134
4.2. Fase de atuação do Ministério Público	1138
4.3. Fase judicial	1150
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA)	1159
5.1. Disposições gerais.....	1159
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1164
5.1.2. Adolescente com transtorno mental.....	1166
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto	1168
5.2. Advertência	1171
5.3. Obrigação de reparar o dano	1172
5.4. Prestação de serviços à comunidade	1172
5.5. Liberdade assistida.....	1173
5.6. Semiliberdade.....	1174
5.7. Internação	1176
5.7.1. Internação provisória.....	1178
5.7.2. Internação definitiva.....	1184
5.7.3. Internação-sanção	1203
6. Execução das medidas	1204
6.1. Tramitação processual na fase executória	1205

6.2. Reavaliação de medida socioeducativa	1210
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das medi- das	1218
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)....	1220
6.5. Visitas e regime disciplinar	1226
7. Prescrição e extinção	1227
Referências	1236

PARTE VI DOS CRIMES

Dos crimes	1243
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
1. Introdução	1243
2. Disposições gerais	1244
3. Dos crimes em espécie	1245
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	1245
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários.....	1247
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente	1250
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente....	1252
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento ..	1253
3.6. Tortura.....	1255
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendi- do.....	1263
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1265
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades.....	1266
3.10. Subtração de criança ou adolescente	1267
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1269
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente	1271
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito	1274
3.14. Comércio de material pedófilo	1277
3.15. Difusão de pedofilia	1280
3.16. Posse de material pornográfico.....	1283
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1285
3.18. Aliciamento de menores	1287
3.19. Norma explicativa	1288

3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo	1289
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica	1290
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício	1293
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1293
3.24. Corrupção de menores.....	1296
Referências	1299